

Ex-deputadas rejeitavam lei

Houve tempo em que algumas mulheres, até aquelas com experiência de urnas, como as ex-deputadas Maria de Lourdes Abadia (PSDB) e Eurides Brito (PMDB) e a deputada Maria Laura (PT), discordavam de uma lei para garantir a participação feminina na disputa eleitoral. "Eu achava que não era uma conquista, mas uma generosidade", confessa Maria Abadia.

Mas os números fizeram a ex-deputada, que já disputou o governo do Distrito Federal, mudar de opinião, quando lhe foi mostrado que, pela quantidade de mulheres eleitas a cada legislatura, somente no ano 2050 os parlamentos contariam com 20% de representantes do sexo feminino.

Por isso, a pré-candidata tucana, que pretende voltar à Câmara dos Deputados, acha que a lei pode começar sendo aplicada só em 5%. Mas, dentro de dez anos, ou seja, muito antes de 2050, a cota estará integralmente preenchida.

É assim que começa a aumentar a participação das mulheres nessa esfera de poder, segundo acredita a deputada Maria Laura, a única representante feminina na bancada do DF na Câmara dos Deputados. Ela considera que a lei é um instrumento importante para aumentar as possibilidades na disputa de cargos eletivos, hoje tão reduzidas. Um contra-senso, na avaliação da parlamentar, porque elas são maioria em muitas situações (além da demográfica) como, por exemplo, na base dos movimentos populares.

A dificuldade atual para o cumprimento da lei, ou seja, para que os partidos consigam arregimentar o número de mulheres equivalente aos 25%, de acordo com a deputada, mostra o quanto estavam certas as parlamentares que lutaram para incluir o dispositivo na legislação eleitoral, a partir de uma proposta da deputada Marta Suplicy (PT-SP).

Ao comentar as dificuldades do PT para preencher todas as vagas previstas pela lei, Maria Laura argumenta, primeiro, que as mulheres são mais cobradas pela sociedade e mais exigentes com elas mesmas, fato reforçado pela cultura patriarcal brasileira e, por isso, não aceitam disputar sem pesar as chances de vitória. Mas, no caso das petistas, a deputada divide a responsabilidade com o Governo Democrático Popular, criticando-o por não dar mais visibilidade às mulheres em sua administração. Ou seja, não dar a elas cargos que lhes permitiriam maior projeção.

A ex-deputada Eurides Brito não conseguiu voltar à Câmara dos Deputados, apesar de ter somado 34 mil votos na eleição passada, mais do que os 20 mil de Maria Laura. Disputando pelo PP, não teve uma legenda forte, como a candidata petista. Ficou na suplência. Agora, pensa em sair para distrital na coligação do ex-governador Joaquim Roriz. Ela não é defensora da cota para as mulheres. Diz que as candidatas devem garantir o direito de disputar pela competência, não com a proteção de uma cota. "A cidadania transcende problemas de sexo. Exige perfis apropriados e competência", enfatiza.(J.G.)